À DiPLEN
para agendar e
distribuir aos
deputados.

3-24

760 Horas 8:15
RECEBIDO
3 7 24
8:33

RECEBIDO
Data: 3/7/2024

República Democrática de Timor-Leste
PARLAMENTO
NACIONAL

Entrada na Mesa
Data 3/7/24
Hora 16h10
...O Presidente...

Exma. Senhora,

Presidente do Parlamento Nacional

Maria Fernanda Lay

N/referencia: 88 /VI/1ª/2024 Data: 02/07/2024

ANUNCIADO
...../...../.....
O Presidente

Assunto: Envio relatório e parecer da Comissão B

Excelência,

A Comissão de Negócios Estrangeiros, Defesa e Segurança Nacional tem a honra de Enviar a Vossa Excelência o Relatório e parecer da proposta de Resolução N.º 4/VI(1ª) sobre Ratifica o Acordo entre a República Democrática de Timor Leste e a Agência Internacional da Energia Atómica para a aplicação de salvaguardas no âmbito de Tratado de Não Proliferação.

Junto se anexa o relatório e parecer.

Com os melhores cumprimentos.

O Presidente da Comissão

Domingos Augusto "DEKER"

Deputado

Proposta de Resolução N.º4/VI/(1ª)

Ratifica o Acordo entre a República Democrática de Timor-Leste e a Agência Internacional da Energia Atómica para a aplicação de salvaguardas no âmbito do Tratado de Não-Proliferação

Relatório e Parecer da Comissão B
2 de julho de 2024

Comissão de Negócios Estrangeiros, Defesa e Segurança

PARLAMENTO NACIONAL
República Democrática de Timor-Leste

COMISSÃO DE NEGÓCIOS ESTRANGEIROS, DEFESA E SEGURANÇA

ÍNDICE

1.	CONSIDERANDOS	Pág. 3
2.	ENQUADRAMENTO LEGAL	Pág. 4
3.	APRECIAÇÃO	Pág. 7
4.	CONSULTAS E CONTRIBUTOS	Pág. 20
5.	CONCLUSÕES E RECOMENDAÇÕES	Pág. 21
6.	PARECER DA COMISSÃO B	Pág. 25
7.	APROVAÇÃO DO RELATÓRIO E PARECER	Pág. 25

1. CONSIDERANDOS

1.1 Nota prévia

O instrumento internacional em apreço, especificamente, a Proposta de Resolução n.º4/VI/(1ª), *"Ratifica o Acordo entre a República Democrática de Timor-Leste e a Agência Internacional da Energia Atómica para a aplicação de salvaguardas no âmbito do Tratado de Não-Proliferação"*, doravante designada por "PPR" ou "Acordo", foi aprovada em Conselho de Ministros, a 11 de outubro de 2023, e submetida a processo de ratificação no dia 7 de junho de 2024.

Neste âmbito, a 11 de junho de 2024, por despacho de Sua Excelência, a Sra.Presidente do Parlamento Nacional, a presente PPR foi remetida para Apreciação da Comissão B nos termos regimentais. Mais se informa que, em julho de 2024, a Comissão B esteve constituída com os seguintes Deputados:

PRESIDENTE DA COMISSÃO	Domingos Augusto "Deker"	CNRT
VICE-PRESIDENTE	Luís Roberto da Silva	KHUNTO
SECRETÁRIA	Sancha Margarida Tilman	PD
DEPUTADOS	Maria Rosa da Câmara "Bisoi"	CNRT
	Bendita Moniz Magno	CNRT
	Marcos Soares Martins	CNRT
	Natalino dos Santos Nascimento	CNRT
	Lídia Martins	FRETILIN
	David Dias Ximenes "Mandati"	FRETILIN
	Florentino Ximenes da Costa "Sinarai"	FRETILIN
	Abel dos Santos	PLP

A supra referida composição da Comissão B salvaguarda, em razão da matéria e nos termos da Deliberação do Parlamento Nacional n.º3/2023, de 5 de junho[1], as competências necessárias para elaborar o presente Relatório e Parecer especificamente nas áreas de: Cooperação Internacional; Defesa Nacional; Segurança Pública; Proteção Civil; Fronteiras terrestres e marítimas; Organizações

[1] Alterada pela Deliberação do Parlamento Nacional n.º5/2023, de 11 de julho de 2023.

Internacionais; Integração regional e assuntos ASEAN; Tratados e Acordos Internacionais; Comunidades Timorenses residentes no estrangeiro.

1.2 Relator

Na elaboração do Relatório e Parecer observou-se o estatuído nos artigos 32.º e 34.º do Regimento do Parlamento Nacional (doravante "RPN"), isto é, Sua Excelência, o Sr.Presidente da Comissão B, designou a Sra.Deputada Sancha Tilman na qualidade de Relatora.

2. ENQUADRAMENTO LEGAL

O Governo propõe[2] ao Parlamento Nacional a "PPR":

- que *"Ratifica o Acordo entre a República Democrática de Timor-Leste e a Agência Internacional da Energia Atómica para a aplicação de salvaguardas no âmbito do Tratado de Não-Proliferação"*, pelo qual constitui a sua forma de articulados com 97 artigos;
- e, cumulativamente, na qualidade de parte integrante, o *"Protocolo adicional ao Acordo entre a República Democrática de Timor-Leste e a Agência Internacional de Energia Atómica para a aplicação de salvaguardas no âmbito do Tratado de não proliferação de armas nucleares"*, doravante designado por "Protocolo[3]" com dois anexos[4], pelo qual é assinado pelas Partes e entra em vigor na mesma data que o Acordo, caso a Agência Internacional da Energia Atómica (doravante "Agência" ou "AIEA") receba a notificação que foram preenchidos os requisitos constitucionais da República Democrática de Timor-Leste ("RDTL").

Neste enquadramento, em conformidade legal com o artigo 9.º da Constituição da República Democrática de Timor-Leste ("CRDTL"), evidencia-se que o quadro normativo, supra referido, após ratificação do Parlamento Nacional e eventual promulgação pelos órgãos competentes irá vigorar na ordem jurídica interna nos

[2] Nos termos da alínea g), do n.º1 e a alínea a), do n.º2, do artigo 115.º, bem como da alínea f), do n.º3, do artigo 95.º da Constituição da República Democrática de Timor-Leste ("CRDTL"), em correlação legal, com o n.º3, do artigo 9.º, da Lei n.º6/2010, de 12 de Maio, "Sobre Tratados Internacionais" ("LTI"),
[3] O termo "Protocolo" engloba o Protocolo e os anexos, em conformidade com o artigo 16.º do Protocolo da PPR.
[4] Anexo I, "Lista de atividades mencionadas na alínea A, ponto IV, do artigo 2.º do Protocolo"; Anexo II, "Lista do equipamento e material não nuclear especificado para efeitos de notificação de exportações e importações nos termos da alínea A, ponto IX, do artigo 2.º.

termos da recepção normativa de direito internacional. Consequentemente, serão inválidas todas as normas das leis contrárias às disposições normativas do presente mecanismo jurídico internacional.

Nesta perspectiva legal, entre outros compromissos internacionais, enaltece-se que a RDTL é signatária dos seguintes instrumentos internacionais, nomeadamente:

1. Resolução do Parlamento Nacional n.º5/2004, de 28 de julho, *"Que Ratifica para Adesão à Convenção de Viena sobre o Direito dos Tratados, de 23 de maio de 1969 (CVDT)";*
2. Resolução do Parlamento Nacional n.º15/2002, de 14 de novembro, *"Ratifica a Convenção sobre a proibição da utilização, armazenagem, produção e transferência de minas antipessoal e sobre a sua destruição";*
3. Resolução do Parlamento Nacional n.º16/2002, de 14 de novembro, *"Ratifica a Convenção sobre a proibição do desenvolvimento da produção e do armazenamento das armas bacteriológicas (biológicas) ou tóxicas e sobre a sua destruição";*
4. **Resolução do Parlamento Nacional n.º17/2002, de 14 de novembro, *"Ratifica o Tratado sobre a não proliferação de armas nucleares (TNP)";***
5. Resolução do Parlamento Nacional n.º19/2002, de 13 de dezembro, *"Ratifica a Convenção sobre a proibição do desenvolvimento, armazenagem e utilização de armas químicas e sobre a sua destruição";*
6. **Resolução do Parlamento Nacional n.º4/2012, de 15 de fevereiro, *"Tratado de amizade e cooperação no sudeste asiático", "protocolo de alteração do Tratado de amizade e cooperação no sudeste asiático","segundo protocolo de alteração do Tratado de amizade e cooperação no sudeste asiático","terceiro protocolo de alteração do Tratado de amizade e cooperação no sudeste asiático";***
7. Resolução do Parlamento Nacional n.º11/2022, de 13 de maio, *"Sobre a paz mundial, fraternidade humana e a coexistência comum";*
8. **Resolução do Parlamento Nacional n.º12/2022, de 18 de maio, *"Ratifica o Tratado sobre a proibição de armas nucleares";***
9. **Resolução do Parlamento Nacional n.º28/2022, de 20 de julho, *"Ratifica o Tratado de proibição total de ensaios nucleares, adotado***

pela resolução da Assembleia Geral das Nações Unidas n.º50/245, de 10 de setembro de 1996".

No domínio da CVDT, constata-se um processo de ratificação sem a formulação de reservas, em paralelo, sob o critério do respeito ao príncipio *Pacta Sunt Servanda*, logo, determinando-se que vincula todas as Partes e deve ser interpretado de boa fé de acordo com o sentido comum a atribuir aos termos do instrumento internacional.

No que respeita aos demais actos de adopção formal e autenticação da "PPR", com especial relevo, a PPR é assinada[5] pelo Primeiro-Ministro e pelo Ministro dos Negócios Estrangeiros e Cooperação, com indicação da aprovação em Conselho de Ministros a 11 de outubro de 2023 e, por complemento, o presente instrumento internacional é elaborado em língua inglesa com tradução para língua portuguesa[6].

Neste enquadramento, em razão da matéria, o Parlamento Nacional reveste competência para ratificar[7] o instrumento internacional. Por tal, após admissão, a PPR foi distribuída às Bancadas Parlamentares e apreciada pela Comissão competente em razão da matéria, nos termos do artigo 131.º, n.º2 do RPN.

De acordo com a repartição de competências entre as actuais Comissões Especializadas Permanentes e as Comissões Eventuais da VI Legislatura do Parlamento Nacional, em conformidade com as Resoluções do Parlamento Nacional n.º3/2023 e n.º7/2024, em sede de admissibilidade processual nos termos regimentais foi considerado que a Comissão competente para a Apreciação da presente PPR, em concreto, um mecanismo internacional relacionado com a adesão da RDTL à ASEAN, é apenas a Comissão B, a Comissão de Negócios Estrangeiros, Defesa e Segurança.

Por último, ressalva-se que o debate sobre o instrumento de direito internacional cuja ratificação é proposta ao Parlamento Nacional tem lugar no Plenário e findo aquele procede-se à votação global do instrumento internacional, nos termos do artigo 132.º do RPN.

---

[5] Nos termos do artigo 11.º, n.º 3, da "Lei de Publicação dos actos (LPA)", a Lei n.º1/2002, de 7 de agosto.
[6] Em conformidade legal com o n.º1, do artigo 98.º do RPN.
[7] Nos termos do artigo 95.º, n.º3, alínea f), da CRDTL e do artigo 9.º, n.º1, da LTI.

Após a eventual ratificação, a Resolução do Parlamento Nacional é enviada ao Presidente da República, a quem compete ordenar a sua publicação no Jornal da República, nos termos do artigo 85.º, alínea a), da CRDTL e artigo 133.º do RPN.

Posteriormente, a actual PPR, sob apreciação, entra em vigor na data em que a Agência receber da RDTL uma notificação escrita de que os requisitos constitucionais da RDTL foram cumpridos no domínio da vinculação do Acordo, nos termos do artigo 24.º da PPR.

3. APRECIAÇÃO

3.1 Da forma de articulados

Ao considerar a Nota de Admissibilidade n.º12/2024/DIPLEN, sob despacho da Sra.Presidente do Parlamento Nacional, identifica-se dois lapsos na redacção do texto da PPR, sob apreciação, especificamente:

1. o título do Acordo está incompleto, pois falta a expressão "Armas Nucleares" no final;
2. a data referida no preâmbulo do Acordo a referir a Resolução do Parlamento Nacional n.º17/2002 está incorrecta e deve ser corrigida.

Deste modo, a Comissão B não apenas sublinha a importância da correção dos lapsos supra referidos na admissibilidade processual, como também inclui, especificamente:

3. a crucial revisão e repaginação do conteúdo normativo para garantir a integridade e a coerência legal da forma de articulados da PPR, em concreto, a repaginação do Protocolo entre as páginas 2 e 3 na "Relação entre o Protocolo e o Acordo de Salvaguardas". Este equívoco, que pode ser descrito como uma minuta do preâmbulo que foi erradamente submetida e ordenada na PPR, mas admitida pelo Parlamento Nacional, deve ser substituída, em conformidade com a versão inglesa.

Neste enquadramento, nos termos da Resolução do Parlamento Nacional n.º5/2004, a ratificação da "Convenção de Viena sobre o Direito dos Tratados", de acordo com os artigos 48.º e 79.º preceituam que um erro na redação de um

tratado não afecta a sua validade, por tal, se for identificado um erro no texto da presente PPR, as Partes signatárias devem rectificá-lo através de um dos três métodos, salvo decisão em contrário:

1. emitindo uma retificação ao texto, rubricada por representantes autorizados;
2. elaborando um instrumento ou trocando instrumentos que especifiquem a correção acordada (e.g. Nota Verbal);
3. ou preparando um texto alterado de todo o Tratado, seguindo o mesmo procedimento utilizado para o texto original.

Consequentemente, no domínio processual da rectificação, sob referência, o texto rectificado substitui *ab initio* o texto defeituoso, salvo decisão em contrário das Partes signatárias do presente Acordo.

Todavia, a título opcional, a Comissão B recomenda que o Governo apresente rapidamente uma errata para corrigir os lapsos identificados e, por conseguinte, que os serviços parlamentares assegurem que as correcções necessárias sejam feitas antes de a PPR ser enviada para promulgação, sob eventual ratificação.

Por último, dada a natureza técnica do processo nos termos regimentais, é razoável supor que os erros seriam facilmente detectados e corrigidos durante a verificação da admissibilidade, pelo que é lógico não criticar o Governo com a apresentação dos erros iniciais, uma vez que eles próprios foram considerados admitidos, isto é, o Parlamento Nacional também errou em sede de admissibilidade processual.

3.2 Do objecto de aplicação

A PPR em análise *"Ratifica o Acordo entre a República Democrática de Timor-Leste e a Agência Internacional da Energia Atómica para a aplicação de salvaguardas no âmbito do Tratado de Não Proliferação"*, pelo qual resulta na intenção da RDTL aderir ao Tratado sobre a "Zona Livre de Armas Nucleares do Sudeste Asiático (doravante "SEANWFZ)", no âmbito do processo de adesão da RDTL à ASEAN.

Deste modo, a presente apreciação parlamentar é parte integrante do compromisso da RDTL perante o "Pilar Comunitário de Política de Segurança

(APSC)" da ASEAN e o inerente roteiro para a adesão à ASEAN (doravante "Roteiro ASEAN"), em concreto, o Ponto 13 sobre o SEANWFZ, que está em vigor desde 27 de março de 1997.

Neste âmbito, a ASEAN instou Timor-Leste, na qualidade de futuro novo membro e actual observador, a assinar o SEANWFZ, invocando a sua localização no Sudeste Asiático. Nessa medida, apesar de não ser um Estado detentor de armas nucleares, a ASEAN pretende que a RDTL integre os princípios da ASEAN, em concreto, entre outros, o objetivo de reforçar a segurança regional e os esforços de não proliferação nuclear.

Desse modo, a RDTL terá de cumprir as obrigações delineadas no "Roteiro da ASEAN", que inclui os pré-requisitos e responsabilidades necessárias decorrentes da ratificação de instrumentos internacionais obrigatórios, assim, permitindo a plena integração da RDTL na comunidade ASEAN. Por tal, em conformidade com o Ponto 13 do "Pilar APSC" do "Roteiro ASEAN", a RDTL terá que cumprir com as seguintes obrigações, designadamente:

1. não desenvolver, fabricar, adquirir, possuir ou ter controlo sobre armas nucleares; estacionar armas nucleares; ou testar ou usar armas nucleares em qualquer lugar dentro ou fora da zona dos termos do Tratado SEANWFZ;
2. não tomar medidas para ajudar ou encorajar o fabrico ou a aquisição de qualquer dispositivo explosivo nuclear por qualquer Estado;
3. impedir a colocação de qualquer engenho explosivo nuclear no território dos Estados Partes;
4. impedir o ensaio de qualquer engenho explosivo nuclear;
5. não despejar resíduos radioactivos e outras matérias radioactivas no mar, em qualquer ponto da zona, e impedir o despejo de resíduos radioactivos e outras matérias radioactivas por qualquer pessoa no mar territorial dos Estados Partes;
6. não fornecer fontes, materiais ou equipamentos especiais cindíveis a um Estado não dotado de armas nucleares ou a qualquer Estado dotado de

armas nucleares, **a menos que estejam sujeitos a um acordo de salvaguardas com a Agência Internacional da Energia Atómica.**

Deste modo, importa referir que no passado recente a RDTL assinou e ratificou o "Tratado sobre a Proibição de Armas Nucleares (TPNW)", com apoio unânime a 25 de abril, estando legalmente vinculado desde 18 de setembro de 2022.

Em conformidade com o artigo 2.º do TPNW, a RDTL apresentou uma declaração ao Secretário-Geral das Nações Unidas em 17 de março de 2023, confirmando que, de forma crucial, não possui, não detém nem controla armas nucleares, nunca o fez e não alberga armas nucleares de qualquer outro Estado no seu território.

Esta posição oficial firma-se pela visão constitucional da RDTL, preceituada no n.º2 do artigo 8.º da CRDTL, pelo qual defende a importância da cooperação pacífica e do desarmamento para estabelecer uma ordem económica internacional justa e que assegure a paz entre os Povos.

Nesta medida, em paralelo e por especial complemento, o "Tratado de Não Proliferação de Armas Nucleares (TNP)" é um mecanismo internacional determinante para os esforços globais necessários para impedir a disseminação de armas nucleares, promover a cooperação nas utilizações pacíficas da energia nuclear e promover o objetivo do desarmamento nuclear e do desarmamento geral e completo.

Embora a Agência não seja parte no TNP, são-lhe confiadas responsabilidades fundamentais de verificação ao abrigo do TNP. Nos termos do artigo III do TNP, cada Estado não detentor de armas nucleares deve celebrar um acordo de salvaguardas generalizadas com a Agência para que esta possa verificar o cumprimento das suas obrigações ao abrigo do Tratado, com o objetivo de evitar o desvio da energia nuclear de utilizações pacíficas para armas nucleares ou outros engenhos explosivos nucleares.

Nos termos desse acordo, a Agência tem o direito e a obrigação de assegurar que sejam aplicadas salvaguardas a todos os materiais nucleares em todas as actividades nucleares pacíficas no território do Estado, sob a sua jurisdição ou realizadas sob o seu controlo em qualquer lugar, com o objetivo exclusivo de

verificar que esses materiais não são desviados para armas nucleares ou outros engenhos explosivos nucleares.

Deste modo, o Acordo, sob apreciação, determina salvaguardas e condições entre a RDTL e a Agência, relativamente à não-proliferação de armas nucleares, em específico, preceitua sobre o objetivo dos procedimentos de salvaguardas em prol de uma detecção atempada de desvios de quantidades significativas de materiais nucleares e a dissuasão desses desvios pelo risco de deteção precoce (artigo 27.º da PPR).

Neste sentido, nos termos do artigo 33.º da PPR relativamente ao ponto de partida das medidas de segurança, preceitua-se especificamente que a RDTL terá que informar a Agência, quando quaisquer materiais contendo urânio ou tório que não tenham atingido a fase do ciclo do combustível nuclear descrito no Acordo forem direta ou indiretamente exportados para um Estado não-detentor de armas nucleares ou, em contraste, quando forem importados quaisquer materiais contendo urânio ou tório que não tenham atingido a fase do ciclo do combustível nuclear descrito no Acordo.

Desta forma, especificamente nos termos do artigo 35.º da PPR, a RDTL solicita salvaguardas perante a Agência relativamente aos seguintes materiais nucleares, designadamente:

- materiais cindíveis especiais, quando utilizados em quantidades iguais ou inferiores a 1g como componente de instrumentos de deteção;
- materiais nucleares utilizados em actividades não nucleares de acordo com o artigo 13.º da PPR, se esses materiais forem recuperáveis;
- plutónio com uma concentração isotópica de plutónio-232 superior a 80%.

Em paralelo, a Agência dispensará as salvaguardas sobre materiais nucleares que, de outro modo, estariam sujeitos a salvaguardas, desde que a quantidade total de materiais nucleares dispensados em Timor-Leste não exceda, especificamente (de acordo com o artigo 36.º da PPR):

- um 1kg de materiais cindíveis especiais, consistindo em plutónio, urânio com um enriquecimento de 0.2% ou superior, ou urânio com um enriquecimento inferior a 0.2% mas superior ao urânio natural;
- 10 toneladas métricas de urânio natural e urânio empobrecido com um enriquecimento igual ou superior a 0,005%;
- 20 toneladas métricas de urânio empobrecido com um enriquecimento igual ou inferior a 0,005%;
- ou 20 toneladas métricas de tório.

Assim, em geral, nos termos do objecto do Acordo, a RDTL compromete-se a aceitar salvaguardas sobre todas as fontes nucleares ou materiais cindíveis especiais em todas as actividades nucleares pacíficas no seu território, sob a sua jurisdição ou realizadas sob o seu controlo em qualquer local, com o objetivo exclusivo de verificar que esses materiais não são desviados para armas nucleares ou outros engenhos explosivos nucleares.

Por tal, a Agência tem o direito e a obrigação de assegurar a aplicação de salvaguardas. Todavia, as salvaguardas previstas no presente Acordo com a RDTL serão aplicadas de forma a, especificamente:

1. não prejudicar o desenvolvimento económico e tecnológico de Timor-Leste ou a cooperação internacional em actividades nucleares pacíficas, incluindo o intercâmbio internacional de materiais nucleares;
2. não interferir com as actividades nucleares pacíficas de Timor-Leste e, em especial, com o funcionamento das suas instalações nucleares;
3. a ser coerente com as práticas de gestão prudentes e necessárias para a condução segura e económica das actividades nucleares, sob referência.

De acordo com o artigo 50.º do Acordo, a RDTL ao estabelecer o seu sistema de controlo de materiais, deve assegurar a manutenção de registos para cada conta de material, pelo qual a RDTL fornecerá à Agência os relatórios relativos aos materiais nucleares sujeitos a salvaguardas ao abrigo do presente Acordo (artigo 58.º da PPR). Neste âmbito, a Agência tem o direito de realizar inspecções e, por conseguinte, Timor-Leste tem o direito de fazer acompanhar os inspectores pelos seus representantes durante as inspecções, desde que os inspectores não sejam

condicionados ou impedidos de forma alguma no exercício das suas funções, entre outras, em concreto (artigo 69.º da PPR):

1. verificar as informações contidas no relatório inicial sobre os materiais nucleares sujeitos a salvaguardas nos termos do presente Acordo;
2. identificar e verificar as alterações ocorridas desde o relatório inicial;
3. identificar e, se possível, verificar a quantidade e a composição dos materiais nucleares, antes da sua transferência para fora de Timor-Leste ou aquando da sua transferência para Timor-Leste;
4. verificar se os relatórios são coerentes com os registos;
5. verificar a localização, identidade, quantidade e composição de todos os materiais nucleares sujeitos a salvaguardas nos termos do presente Acordo;
6. verificar as informações sobre possíveis materiais não contabilizados, diferenças entre remetentes e destinatários e incertezas na contabilidade do inventário.

Contudo, no domínio das inspeções oficiais, a Agência manterá a frequência, a intensidade e a duração das inspecções de rotina, implementando um calendário optimizado que seja compatível com a aplicação efectiva dos procedimentos de segurança descritos no presente Acordo (artigo 77.º da PPR).

Nessa medida, a Agência pode efetuar anualmente uma inspeção de rotina às instalações da RDTL e áreas de armazenagem de materiais fora das instalações que manipulem ou produzam materiais nucleares com um total anual inferior a 5 kg de materiais efectivos.

Por último, no domínio dos termos do Acordo, a RDTL notificará a Agência de qualquer transferência planeada de materiais nucleares sujeitos a salvaguardas ao abrigo do presente Acordo se a transferência exceder 1kg de materiais efectivos, ou se, num período de três meses, estiverem planeadas várias transferências separadas para o mesmo país, cada uma das quais inferior a 1kg de materiais efectivos, mas cujo total exceda 1kg de materiais efectivos (artigo 91.º da PPR).

3.3 Do Protocolo adicional

A RDTL e a Agência chegaram a um entendimento mútuo que, por conseguinte, concretizou-se no *"Protocolo adicional ao Acordo entre a República Democrática de Timor-Leste e a Agência Internacional de Energia Atómica para a aplicação de salvaguardas no âmbito do Tratado de não proliferação de armas nucleares"*, doravante designado por "Protocolo[8]" com dois anexos[9], pelo qual é assinado pelas Partes e entra em vigor na mesma data que o Acordo caso a Agência receba a notificação que foram preenchidos os requisitos constitucionais da RDTL.

Neste sentido, de especial relevo, é preceituado o regime jurídico da relação entre o Acordo e o Protocolo, em concreto, em caso de conflito entre as disposições legais, sob apreciação, aplicar-se-ão as disposições do Protocolo. Sob este quadro normativo, de forma geral, a base preceituada do Protocolo vem determinar que, designadamente:

1. Timor-Leste pode apresentar relatórios anuais consolidados com as informações exigidas no artigo 33.º (relativamente ao "ponto de partida das salvaguardas"), incluindo relatórios sobre a importação e exportação de materiais nucleares específicos;
2. A fim de facilitar a conclusão atempada dos acordos subsidiários referidos no artigo 38.º, Timor-Leste deve notificar a Agência, quer antes de exceder os limites de materiais nucleares, quer ao tomar a decisão de construir uma instalação, consoante o que ocorrer primeiro, com adequada antecedência.

Em geral, o Protocolo estabelece o quadro jurídico de acesso dos agentes operacionais da Agência à RDTL, incluindo a nomeação de inspectores e os seus requisitos de visto de entrada/saída, o contexto temporal para a negociação de eventuais novos acordos subsidiários e, de forma crucial, os sistemas de comunicação e regime de proteção de informação confidencial da Agência na RDTL.

[8] O termo "Protocolo" engloba o Protocolo e os anexos, em conformidade com o artigo 16.º do Protocolo.
[9] Anexo I, "Lista de atividades mencionadas na alínea A, ponto IV, do artigo 2.º do Protocolo"; Anexo II, "Lista do equipamento e material não nuclear especificado para efeitos de notificação de exportações e importações nos termos da alínea A, ponto IX, do artigo 2.º.

A título complementar, o Protocolo também concretiza um período de suspensão para a RDTL dos termos do Acordo até que Timor-Leste possua materiais nucleares acima dos limites especificados ou promova a construção de uma instalação, estando alguns artigos específicos do Acordo isentos desta suspensão.

Contudo, neste enquadramento, **a implementação dos termos da Parte II do Acordo ficam suspensos**, designadamente, os procedimentos a aplicar na execução das disposições de salvaguardas no que respeita a todas as fontes ou materiais cindíveis especiais em todas as actividades nucleares pacíficas no território da RDTL, sob a nossa jurisdição ou realizadas sob o nosso controlo em qualquer local, com o objetivo exclusivo de verificar que esses materiais não são desviados para armas nucleares ou outros engenhos explosivos nucleares. Todavia, são previstas **excepções pelas quais não se aplica uma suspensão das disposições legais da PPR, especificamente:**

1. no início, termo e isenções das salvaguardas e as suas disposições subsidiárias (artigos 32.º a 38.º do Acordo);
2. inventário (art. 40.º do Acordo);
3. informações relativas a materiais nucleares fora das instalações (artigos 48.º e 49.º do Acordo);
4. estrutura dos relatórios (art. 59.º do Acordo);
5. relatórios contabilísticos (art. 61.º do Acordo);
6. relatórios especiais (art. 67.º do Acordo);
7. extensão e clarificação de relatórios (art. 68.º do Acordo);
8. objectivos da inspeção (art. 70.º do Acordo);
9. âmbito e acesso das inspecções (arts. 72.º a 76.º do Acordo);
10. aviso de inspecções (art. 82.º do Acordo);
11. designação, conduta, visitas dos inspectores e declarações sobre as actividades de verificação por parte da Agência (arts. 84.º a 90.º do Acordo).

Em conclusão relativamente ao Protocolo, a RDTL é explicitamente obrigada a fornecer informações à Agência sobre as suas actividades nucleares, em concreto (artigo 3.º do Protocolo):

- **No prazo de 180 dias da entrada em vigor do Protocolo** exige-se que Timor-Leste forneça informações gerais sobre as suas actividades de investigação e desenvolvimento nuclear, incluindo locais, infra-estruturas e utilização; a escala das operações; a localização, o estado e a capacidade de produção das instalações de concentração; as quantidades, a composição química e a utilização prevista de urânio e tório para fins nucleares e não nucleares; os materiais nucleares isentos; os planos da RDTL em 10 anos para o desenvolvimento do ciclo de combustível nuclear; e os locais de actividades de investigação que utilizem materiais derivados de plutónio, urânio altamente enriquecido ou urânio-233;

- **No prazo de 60 dias da entrada em vigor do Protcolo**, a RDTL também é obrigada a fornecer uma lista dos equipamentos e materiais não nucleares especificados no Anexo II, caso tenha a intenção de importar os elementos, sob referência, como parte inerente do processo de notificação das exportações e importações, em conformidade com os termos do Protocolo.

É essencial que o Governo reúna e prepare as informações necessárias supra referidas, tendo em conta o quadro geral e o Roteiro da ASEAN para a RDTL, assim, cumprindo os requisitos das salvaguardas do Acordo com a Agência, como também permitindo que a RDTL cumpra todos os requisitos necessários e avance com a ratificação do Ponto 13 do Roteiro ASEAN, nomeadamente, o "Tratado da zona livre de armas nucleares da ASEAN".

3.4 Da integração regional e do processo de adesão à ASEAN

A RDTL reafirma o seu compromisso em apoiar medidas para implementar as obrigações do "Tratado de Não Proliferação de Armas Nucleares (TNP)", incluindo a prossecução de negociações de boa fé para a cessação da procura ao acesso a armas nucleares, em detrimento de um desarmamento nuclear sob um controlo internacional rigoroso e eficaz, tal como previsto no Tratado, supra referido.

No domínio da concertação e integração regional relativamente ao objectivo do Roteiro ASEAN, sob referência, o "Tratado da Zona Livre de Armas Nucleares do

Sudeste Asiático (SEANWFZ)"[10] ou o "Tratado de Banguecoque", é um tratado de moratória de armas nucleares entre 10 Estados membros da ASEAN, pelo qual foi aberto a assinatura na conferência do Tratado em Banguecoque, Tailândia, a 15 de Dezembro de 1995 e entrou em vigor a 28 de Março de 1997, obrigando os seus Estados-Membros no domínio inerente à "Comunidade de Segurança Política da ASEAN (Pilar APSC)". Neste âmbito, proibe as Partes de:

1. Desenvolver, fabricar, adquirir, possuir ou controlar armas nucleares;
2. Armazenar, transportar ou testar armas nucleares;
3. Despejar ou descarregar materiais ou resíduos radioactivos na zona sem o consentimento da Agência.

Actualmente, a ASEAN tem como objetivo implementar os compromissos assumidos do "Tratado da Zona Livre de Armas Nucleares do Sudeste Asiático (SEANWFZ)" através do:

1. Incentivo aos Estados a aderirem à "Convenção sobre Notificação Rápida", à "Convenção sobre Segurança Nuclear" e a ratificarem o "Tratado de Proibição Total de Ensaios Nucleares (CTBTO)";
2. Concluir o "Protocolo Adicional da Agência Internacional da Energia Atómica (AIEA)" e a promover a universalização dos acordos internacionais relacionados com o desarmamento e a não-proliferação de armas de destruição maciça (ADM);
3. Implementar um sistema de verificação do cumprimento dos Tratados, sob referência;
4. Reforçar o mecanismo no âmbito da "Rede de Cooperação Regional da ASEAN no domínio da energia nuclear (NEC-SSN)" e da "ASEANTOM";
5. Incentivar os Estados a apresentarem relatórios sobre a sua aplicação dos termos dos diferentes Tratados, sob referência.

Desta forma, em articulação institucional com a ASEAN, a RDTL deverá promover a cooperação com a Agência Internacional da Energia Atómica (AIEA), a Organização

[10] Com depósito legal do: Brunei, em 22 novembro de 1996; Camboja, em 27 de março de 1997; da Indonésia, em 10 de abril de 1997; do Laos, em 16 de julho de 1996; da Malásia, em 11 de outubro de 1996; de Myanmar, em 17 de julho de 1996; das Filipinas, em 21 de junho de 2001; de Singapura, a 27 de março de 1997; da Tailândia, em 20 de março de 1997; do Vietname, a 26 de novembro de 1996.

do Tratado de Proibição Total de Ensaios Nucleares (CTBTO), e outras organizações internacionais e regionais relevantes para apoiar a implementação do Tratado da SEANWFZ.

Em geral, a RDTL deverá reforçar a cooperação regional e a criação de capacidades em matéria de segurança nuclear, proteção e não proliferação, bem como promover a utilização pacífica da tecnologia nuclear no Sudeste Asiático.

Neste contexto, a cooperação da RDTL com a Agência e outras organizações qualifica-se como crucial, em específico, com a defesa de uma posição comum da ASEAN e da RDTL sobre a não proliferação, o desarmamento e as utilizações pacíficas da energia nuclear nas instâncias multilaterais.

Em complemento, no domínio da ASEAN e da coordenação institucional com a RDTL, os órgãos sectoriais da ASEAN terão que desenvolver tarefas específicas com a assistência do Secretariado da ASEAN. Neste sentido, reveste-se como determinante a "ASEANTOM[11]". Por tal, figura-se como crucial por parte da presente Comissão devido aos seguintes objectivos, designadamente:

1. Do controlo nuclear das radiações;
2. Da segurança nuclear das radiações;
3. Da preparação e resposta a emergências nucleares;
4. Da modelação e avaliação dos perigos;
5. Da comunicação pública em matéria de emergências nuclares.

Neste sentido, para reforçar a segurança nuclear mundial, os agentes políticos devem difundir uma mensagem unificada que sublinhe as vantagens universais de práticas de segurança nuclear sólidas e sustentáveis.

Esta abordagem inclusiva deve reconhecer que cada Estado tem um papel vital a desempenhar na construção e manutenção de um quadro de segurança nuclear global resistente.

[11] Uma rede informal que serve de local de partilha de boas práticas da ASEAN, de troca de pontos de vista e de informações, bem como de debate sobre segurança, proteção e salvaguardas na utilização da energia nuclear entre organismos reguladores nucleares ou autoridades competentes no bloco regional.

Ao adoptar esta posição, a RDTL demonstra o caminho a aplicar para elevar as normas de segurança nuclear a nível nacional, regional e internacional.

A ASEAN tem-se esforçado ativamente por encorajar diversos Estados reconhecidamente dotados de armas nucleares a aderirem ao "Tratado da Zona Livre de Armas Nucleares do Sudeste Asiático (SEANWFZ)", com o objetivo de manter a paz e a estabilidade na região. Ao assinarem o Tratado SEANWFZ, estes Estados comprometer-se-iam a não lançar ou ameaçar utilizar armas nucleares no Sudeste Asiático.

Por tal, em prol da RDTL e da ASEAN, é entendimento desta Comissão reafirmar o empenhamento de importantes "Parceiros de Desenvolvimento" na região sobre a importância do regime de não proliferação nuclear baseado em regras, entre outras, sob a especial consideração dos termos do Tratado SEANWFZ.

4. CONSULTAS E CONTRIBUTOS

Os distintos Srs.Deputados da Comissão B do Parlamento Nacional, em articulação institucional com os Srs.Deputados da Comissão Eventual ASEAN, após respectivo consenso e em conformidade com o disposto no artigo 80.º do RPN, determinaram formalmente o seguinte agendamento para a realização das Audiências Públicas, em específico:

DATAS	HORAS	ENTIDADES	LOCAL
2 de julho	15h	▪ Vice-MNEC para os assuntos ASEAN	Sala da Comissão B

Neste enquadramento, firma-se a partilha de elementos de informação realizadas pelas entidades supra referidas, em concreto:

» Vice-Ministra MNEC para os assuntos ASEAN

1. Em sede de nota introdutória, a Exma.Sra.Vice-MNEC para os assuntos ASEAN partilhou que o presente instrumento internacional é crucial no actual processo de adesão da RDTL à ASEAN, especificamente, nos termos dos princípios da ASEAN pelo qual determina que todos os membros da ASEAN terão que apoiar um espaço conjunto de proibição da utilização de armas nucleares;

2. Neste âmbito, a Sra.Vice-MNEC partilhou que, em Agosto de 2023, o Exmo.Sr.Ministro dos Negócios Estrangeiros e Cooperação da RDTL perante a MNEC-Indonésia, afirmou e reiterou a posição oficial da RDTL, em concreto, a prontidão para assumir os pré-requisitos do Roteiro ASEAN no domínio das actividades nucleares de Timor-Leste;

3. No domínio dos lapsos referidos pelo Parlamento Nacional, a Vice-MNEC ASEAN partilhou que serão considerados e declarou que irá informar o Secretariado da ASEAN dos lapsos, sob referência. Consequentemente, o Governo irá promover um entendimento entre as Partes e, posteriormente, irá notificar o Parlamento Nacional sobre a rectificação oficial.

5. CONCLUSÕES E RECOMENDAÇÕES

Considerando a presente apreciação da PPR, a Comissão de Negócios Estrangeiros, Defesa e Segurança, a Comissão B, apresenta as seguintes **CONCLUSÕES**:

1. Sob um quadro legal já anteriormente ratificado, de enaltecida relevância, em concreto, o TNP[12], o TPNW[13], o CTBTO[14], **a RDTL determina firmar a ratificação da presente PPR, em prol dos pré-requisitos de Timor-Leste perante o "Pilar Comunitário de Política de Segurança (APSC)" da ASEAN e o inerente Roteiro para a adesão da RDTL à ASEAN**, em concreto, o Ponto 13 sobre o "Tratado da Zona Livre de Armas Nucleares do Sudeste Asiático (SEANWFZ), que está em vigor desde 27 de março de 1997;

2. Em consideração pelo "Ponto 13 do "Pilar APSC" do "Roteiro ASEAN", esta **iniciativa está em conformidade com os termos constitucionais do n.º2 do artigo 8.º da CRDTL**, visando promover a resolução pacífica de conflitos, o desarmamento geral, simultâneo e controlado, o estabelecimento de um sistema de segurança colectiva capaz de garantir a paz e a justiça nas relações entre os Povos;

3. Em conformidade com o artigo 2.º do TPNW, a RDTL apresentou uma declaração ao Secretário-Geral das Nações Unidas em 17 de março de 2023, confirmando que, de forma crucial, **não possui, não detém nem controla armas nucleares, nunca o fez e não alberga armas nucleares de qualquer outro Estado no seu território;**

4. Em conformidade com o "Ponto 13 do "Pilar APSC" do "Roteiro ASEAN", **a RDTL compromete-se a cumprir os pré-requisitos fundamentais propostos pelo Roteiro ASEAN, relativamente ao "Tratado da Zona Livre de Armas Nucleares do Sudeste Asiático (SEANWFZ)"**, abstendo-se especificamente de desenvolver, fabricar, adquirir ou possuir armas nucleares, bem como de impedir a colocação, os ensaios e o despejo de materiais

[12] Tratado sobre a não proliferação de armas nucleares.
[13] Tratado sobre a proibição de armas nucleares.
[14] Tratado de proibição total de ensaios nucleares.

nucleares e de assegurar que qualquer fornecimento de fontes e materiais cindíveis seja sujeito às salvaguardas da Agência Internacional da Energia Atómica;

5. O Acordo internacional, sob apreciação, as salvaguardas entre a RDTL e a Agência, **qualifica-se como um importante passo para a eliminação do armamento nuclear** porque não apenas perpetua a dissuasão nuclear, mas também é um instrumento que contribui para a redução do risco de uso de armas nucleares e a promoção da segurança regional e mundial;

6. Por tal, a Agência Internacional de Energia Atómica tem o direito de aplicar salvaguardas em Timor-Leste, **mas deve fazê-lo de forma a evitar impedir o crescimento económico e tecnológico da Nação**, as iniciativas nucleares pacíficas e a cooperação internacional em matéria de intercâmbio nuclear;

7. Mais se regista que, embora a aplicação de certas disposições em matéria de salvaguardas fique em suspenso, **continuarão em vigor termos específicos do Acordo, entre outros, os que regem as isenções, a gestão de inventários, os requisitos em matéria de apresentação de relatórios e os procedimentos de inspeção da Agência à RDTL;**

8. Todavia, por intermédio do preenchimento dos pré-requisitos de Timor-Leste ao "Tratado sobre a Zona Livre de Armas Nucleares do Sudeste Asiático (SEANWFZ), o Governo informa do **cumprimento da RDTL num passo obrigatório para a sua integração na ASEAN, tal como previsto no Ponto 13 do Roteiro da ASEAN,** como também um posicionamento internacional essencial da RDTL para estabelecer uma zona livre de armas nucleares e promover a paz mundial;

9. Em consideração pelas áreas de competência das actuais Comissões Permanentes e das Comissões Eventuais da VI Legislatura do Parlamento Nacional[15], em sede de admissibilidade da presente PPR, **um mecanismo**

[15] Tal como consta das Resoluções do Parlamento Nacional n.º3/2023 e n.º7/2024.

internacional relacionado com a adesão de Timor-Leste à ASEAN, foi remetido apenas à Comissão B como órgão competente para realizar a Apreciação. Assim, a Comissão Eventual ASEAN não foi considerada. No entanto, **a Comissão B promoveu a oportuna coordenação parlamentar com a Comissão Eventual ASEAN**, através de contributos oficiais e audiências públicas, assim, reforçando a pertinente apreciação da presente PPR;

10. Por complemento, **é do entendimento desta Comissão abster-se de criticar o Governo pelos erros processuais referidos por outros órgãos parlamentares,** assumindo que estes poderiam ter sido facilmente identificados e rectificados, em sede de admissibilidade processual, uma vez que o próprio Parlamento Nacional cometeu um erro ao admiti-los.

    Contudo, no domínio dos lapsos referidos na admissibilidade processual, **o Governo partilhou que serão considerados e declarou que irá informar o Secretariado da ASEAN dos lapsos, sob referência**. Posteriormente, o Governo irá promover um entendimento entre as Partes e, consequentemente, irá notificar o Parlamento Nacional sobre a rectificação oficial.

Neste sentido, considerando o supra exposto e, em paralelo, a PPR, a Comissão de Negócios Estrangeiros, Defesa e Segurança do Parlamento Nacional, a Comissão B, apresenta as seguintes **RECOMENDAÇÕES**:

1. **Ratificar o presente Acordo e Protocolo Adicional, inerente aos pré-requisitos de Timor-Leste perante o "Pilar Comunitário de Política de Segurança (APSC)" da ASEAN e o Roteiro para a adesão à ASEAN**, em concreto, o Ponto 13 sobre o "Tratado da Zona Livre de Armas Nucleares do Sudeste Asiático (SEANWFZ)", que visa reforçar a cooperação regional e a criação de capacidades em matéria de segurança nuclear, proteção e não proliferação, bem como promover a utilização pacífica da tecnologia nuclear no Sudeste Asiático;

2. Por parte do Governo, **preparar os elementos de informação conforme preceituados no artigo 3.º do Protocolo, em específico, a RDTL é obrigada a fornecer à Agência as informações necessárias**, especificamente:

   i. **no prazo de 180 dias** após a entrada em vigor do Protocolo, Timor-Leste deve apresentar informações gerais sobre as suas actividades de investigação e desenvolvimento nuclear, incluindo locais, infra-estruturas e utilização; escala de operações; localização, estado e capacidade de produção das instalações de concentração; quantidades de urânio e tório, composição química e utilização pretendida; materiais nucleares isentos; e planos de dez anos da RDTL para o desenvolvimento do ciclo de combustível nuclear;

   ii. Além disso, **no prazo de 60 dias** após a entrada em vigor do Protocolo, Timor-Leste deve fornecer uma lista de equipamentos e materiais não nucleares enumerados no Anexo II, caso pretenda importá-los, como parte do processo de notificação de exportação e importação.

3. Reforçar e promover a cooperação internacional, entre a RDTL, a Agência e outras organizações internacionais, com o objetivo de promover uma posição unificada sobre a não proliferação, o desarmamento e a utilização pacífica da energia nuclear.

Deste modo, **a Comissão B recomenda ao Governo que promova a reafirmação e a defesa de posições oficiais dos principais Estados e "Parceiros de Desenvolvimento" da nossa região sobre a importância de um regime de não-proliferação nuclear baseado em regras**, tendo especialmente em consideração os termos preceituados no "Tratado da Zona Livre de Armas Nucleares do Sudeste Asiático (SEANWFZ)" ou o "Tratado de Banguecoque" dos 10 Estados membros da ASEAN.

6. PARECER DA COMISSÃO DE NEGÓCIOS ESTRANGEIROS, DEFESA E SEGURANÇA

Face a tudo o exposto, a Comissão de Negócios Estrangeiros, Defesa e Segurança é, assim, de parecer que a Proposta de Resolução n.º4/VI/(1ª), *"Ratifica o Acordo entre a República Democrática de Timor-Leste e a Agência Internacional da Energia Atómica para a aplicação de salvaguardas no âmbito do Tratado de Não-Proliferação"*, cumpre, na sua generalidade, os requisitos formais, constitucionais, legais e regimentais e se encontra por isso em condições de ser apreciada em Plenário.

7. APROVAÇÃO DO RELATÓRIO E PARECER

O Relatório e Parecer da Comissão de Negócios Estrangeiros, Defesa e Segurança foi discutido e aprovado no dia 2 de julho de 2024, em concreto, com oito (8) votos a favor, zero (0) votos contra e zero (0) votos de abstenção.

Díli, Parlamento Nacional, no dia 2 de julho de 2024.

O Presidente da Comissão B,	A Relatora,
Sr.Deputado Domingos Augusto "Deker"	Sra.Deputada Sancha Tilman

PARLAMENTO NACIONAL DE TIMOR LESTE
SECRETARIADO

NOTA DE REENCAMINHAMENTO

DE : SEC - GERAL
PARA : PRESIDENTE DO PARLAMENTO NACIONAL
DATA : 3 ./.7 /2024

PARA PARECER	
PARA INFORMAÇÃO	
PARA APROVAÇÃO	
REQUER ACÇÃO IMEDIATA	
REQUER ACÇÃO	
PARA CONSIDERAÇÃO	
OUTROS (ver nota Manuscrita)	